



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA



ANO XXXII Nº 057 SÃO LUÍS, QUINTA-FEIRA, 27 DE MAIO DE 2004 EDIÇÃO DE HOJE: 12 PÁGINAS
37.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15.ª LEGISLATURA

SUMÁRIO

RELAÇÃO DE ORADORES	04	PAUTA	04
ORDEM DO DIA	04	OFÍCIOS	04

MESA DIRETORA

Deputado Carlos Alberto Milhomem (PFL)

Presidente

1.ª Vice-Presidente	Deputada Telma Pinheiro (PFL)	1.º Secretário	Deputado Joaquim Haickel (PSB)
2.º Vice-Presidente	Deputado César Pires (PFL)	2.º Secretário	Deputado Max Barros (PFL)
3.º Vice-Presidente	Deputado Reginaldo Nunes (PL)	3.º Secretário	Deputado Geovane Castro (PFL)
4.º Vice-Presidente	Deputado Francisco Gomes (PFL)	4.º Secretário	Deputado Hélio Soares (PP)

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD

- | | |
|-------------------------------------|------------------------------|
| 1. Deputado Antonio Bacelar | 11. Deputada Maura Jorge |
| 2. Deputado Arnaldo Melo - licenc. | 12. Deputado Max Barros |
| 3. Deputado Camilo Figueiredo | 13. Deputado Reginaldo Nunes |
| 4. Deputado Carlos Alberto Milhomem | 14. Deputado Pavão Filho |
| 5. Deputado César Pires | 15. Deputado Rigo Teles |
| 6. Deputado Francisco Gomes | 16. Deputado Rubens Pereira |
| 7. Deputado Geovane Castro | 17. Deputada Telma Pinheiro |
| 8. Deputado João Evangelista | 18. Deputada Teresa Murad |
| 9. Deputado Joaquim Haickel | 19. Deputado Wilson Carvalho |
| 10. Deputado Manoel Ceará | |

Líder

Deputado Rubens Pereira

Vice-Líderes

Deputado Antonio Bacelar
Deputado Rigo Teles
Deputada Maura Jorge

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP

- | | |
|--------------------------------|--------------------------------|
| 1. Deputado Aderson Lago | 9. Deputado Hélio Soares |
| 2. Deputado Alberto Franco | 10. Deputado Humberto Coutinho |
| 3. Deputado Antonio Pereira | 11. Deputada Janice Braide |
| 4. Deputado Carlos Braide | 12. Deputado José Lima |
| 5. Deputado Carlos Filho | 13. Deputado Manoel Ribeiro |
| 6. Deputada Cristina Archer | 14. Deputado Paulo Neto |
| 7. Deputado Deusdedith Sampaio | 15. Deputada Socorro Waquim |
| 8. Deputado Elígio Almeida | 16. Deputado Soliney Silva |
| | 17. Deputado Stênio Resende |

Líder

Deputado Soliney Silva

Vice-Líderes

Deputado Stênio Resende
Deputada Cristina Archer
Deputada Socorro Waquim

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO

- | | |
|-----------------------------------|------------------------------|
| 1. Deputado Domingos Dutra | 5. Deputado Luíz Pedro |
| 2. Deputada Graça Paz | 6. Deputado Mauro Bezerra |
| 3. Deputada Helena Barros Heluy | 7. Deputado Rubem Brito |
| 4. Deputado Julião Amin - licenc. | 8. Deputado Fortunato Macedo |

Líder

Deputado Luíz Pedro

Vice-Líder

Deputado Domingos Dutra

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Deputado João Evangelista

Vice-Líderes

Deputado Carlos Braide
Deputado Soliney Silva
Deputado Pavão Filho



COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Teresa Murad (BPD) - PRESIDENTE	Alberto Franco (BPP)
Stênio Resende (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Antonio Pereira (BPP)
Pavão Filho (BPD)	José Lima (BPP)
Carlos Braide (BPP)	Rubens Pereira (BPD)
Mauro Bezerra (BPO)	Helena Barros Heluy (BPO)

II - Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Rigo Teles (BPD) - PRESIDENTE	Antonio Pereira (BPP)
Paulo Neto (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Socorro Waquim (BPP)
Soliney Silva (BPP)	Maura Jorge (BPD)
Rubens Pereira (BPD)	Antônio Bacelar (BPD)
Rubem Brito (BPO)	Mauro Bezerra (BPO)

III - Comissão de Agricultura, Política Agrária e Produção.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Paulo Neto (BPP) - PRESIDENTE	Humberto Coutinho (BPP)
Janice Braide (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Camilo Figueiredo (BPD)
Rigo Teles (BPD)	Socorro Waquim (BPP)
Manoel Ceará (BPP)	Pavão Filho (BPD)
Rubem Brito (BPO)	Domingos Dutra (BPO)

IV - Comissão de Educação, Ciências, Tecnologia, Cultura e Desporto.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Alberto Franco (BPP) - PRESIDENTE	Teresa Murad (BPD)
Socorro Waquim (BPP) VICE-PRESIDENTE	Carlos Braide (BPP)
Pavão Filho (BPD)	Rubens Pereira (BPD)
Cristina Archer (BPP)	José Lima (BPP)
Luís Pedro (BPO)	Fortunato Macedo (BPO)

V - Comissão de Relações do Trabalho e Administração Pública.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Luís Pedro (BPO) - PRESIDENTE	Carlos Braide (BPP)
Elígio Almeida (BPP) VICE-PRESIDENTE	João Evangelista (BPD)
Teresa Murad (BPD)	Maura Jorge (BPD)
Manoel Ceará (BPP)	Paulo Neto (BPP)
Carlos Filho (BPP)	Graça Paz (BPO)

VI - Comissão de Saúde, Seguridade e Ação Social.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Humberto Coutinho (BPP) - PRESIDENTE	Camilo Figueiredo (BPD)
Antônio Pereira (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Manoel Ceará (BPD)
Elígio Almeida (BPP)	Stênio Resende (BPP)
João Evangelista (BPD)	Cristina Archer (BPP)
Wilson Carvalho (BPD)	Graça Paz (BPO)



VII - Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento Regional.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Cristina Archer (BPP) - PRESIDENTE	Rubens Pereira (BPD)
Maura Jorge (BPD) - VICE-PRESIDENTE	Deusdedith Sampaio (BPP)
Rigo Teles (BPD)	Paulo Neto (BPP)
Antonio Bacelar (BPD)	Antonio Pereira (BPP)
Fortunato Macedo (BPO)	Luís Pedro (BPO)

VIII - Comissão de Defesa do Consumidor.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Maura Jorge (BPD) - PRESIDENTE	Carlos Braide (BPP)
Graça Paz (BPO) - VICE-PRESIDENTE	Humberto Coutinho (BPP)
Deusdedith Sampaio (BPP)	João Evangelista (BPD)
Carlos Braide (BPP)	Antônio Bacelar (BPD)
Teresa Murad (BPD)	Helena Barros Heluy (BPO)

IX - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Antônio Pereira (BPP) - PRESIDENTE	Janice Braide (BPD)
Helena Barros Heluy (BPO) - VICE-PRESIDENTE	Rigo Teles (BPD)
Paulo Neto (BPP)	Elígio Almeida (BPP)
Wilson Carvalho (BPD)	Deusdedith Sampaio (BPP)
Antônio Bacelar (BPD)	Maura Jorge (BPD)

X - Comissão de Obras, Serviços Públicos e Habitação.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Pavão Filho (BPP) - PRESIDENTE	Cristina Archer (BPP)
Maura Jorge (BPD) - VICE-PRESIDENTE	Alberto Franco (BPP)
Socorro Waquim (BPP)	Rigo Teles (BPP)
Carlos Filho (BPD)	Wilson Carvalho (BPD)
Domingos Dutra (BPO)	Rubem Brito (BPO)

XI - Comissão de Meio Ambiente, Minas, Energia e Turismo.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Deusdedith Sampaio (BPP) - PRESIDENTE	Cristina Archer (BPP)
José Lima (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Paulo Neto (BPD)
Janice Braide (BPD)	Pavão Filho (BPD)
Carlos Filho (BPP)	Teresa Murad (BPD)
Domingos Dutra (BPO)	Luís Pedro (BPO)

XII - Comissão de Ética.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Stênio Resende (BPP) - PRESIDENTE	Rubens Pereira (BPD)
Soliney Silva (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Rigo Teles (BPD)
Wilson Carvalho (BPD)	Alberto Franco (BPP)
João Evangelista (BPD)	Paulo Neto (BPP)
Fortunato Macedo (BPO)	Helena Barros Heluy (BPO)

XIII - Comissão de Economia, Indústria e Comércio.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Antônio Pereira (BPP) - PRESIDENTE	Carlos Filho (BPD)
Soliney Silva (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Manoel Ceará (BPP)
João Evangelista (BPD)	Pavão Filho (BPD)
Camilo Figueiredo (BPD)	Teresa Murad (BPD)
Mauro Bezerra (BPO)	Graça Paz (BPO)

XIV - Comissão de Legislação Participativa.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Rubens Pereira (BPD) - PRESIDENTE	Elígio Almeida (BPP)
Luís Pedro (BPO) - VICE-PRESIDENTE	Stênio Resende (BPP)
Camilo Figueiredo (BPD)	João Evangelista (BPD)
Deusdedith Sampaio (BPP)	Wilson Carvalho (BPD)
Janice Braide (BPP)	Mauro Bezerra (BPO)



SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27/05/2004 - 5.ª FEIRA

GRANDE EXPEDIENTE

1.º ORADOR (a) - 30 minutos

TEMPO DOS BLOCOS PARLAMENTARES

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO - 10 MINUTOS

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP - 24 MINUTOS

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD - 26 MINUTOS

**ORDEM DO DIA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DO DIA 27.05.04 - 5ª FEIRA**

**PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL EM DISCUSSÃO:
EM SEGUNDA VOTAÇÃO:**

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 004/2004, de autoria do Senhor Deputado Aderson Lago, que suprime o parágrafo único do art. 150 da Constituição do Estado do Maranhão. Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final. Relator Sr. Dep. Carlos Braide. **TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO ANTERIOR POR FALTA DE "QUORUM" REGIMENTAL.**

**PAUTA DE PROPOSTAS PARA RECEBIMENTO DE
EMENDAS:**

DATA: 27/05/2004 – 5ª FEIRA:

ORDINÁRIA 1ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 086/2004, de autoria do Senhor Deputado Alberto Franco, que considera de Utilidade Pública, o Sindicato dos Profissionais do Magistério do Ensino Público Municipal de São Luís – SINEDUCAÇÃO.

2. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 005/04, de autoria do Senhor Deputado Rubem Brito, que dispõe sobre a regulamentação do art. 134 da Constituição Estadual do Maranhão, que trata da obrigatoriedade da contribuição da disponibilidade de caixa do Estado, dos Municípios, das empresas, órgãos ou Entidades constituídas pelo Poder Público, em instituições financeiras da União.

3. MOÇÃO DE APLAUSO Nº 006/2004, de autoria do Senhor Deputado Rubem Brito, ao Banco da Amazônia, S/A, com sede na cidade de Belém-PA, na pessoa do seu Presidente, Dr. Mâncio Lima Cordeiro, extensivo ao Diretor de Ações Estratégicas, Dr. João Batista de Melo Bastos e demais dirigentes da referida instituição financeira.

4. MOÇÃO DE APLAUSO Nº 006/2004, de autoria do Senhor Deputado Rubem Brito, à Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil – ADVB, na pessoa do seu Presidente-Diretor, José Zetune, extensivo a todos os Diretores e Membros do Conselho Consultivo da referida Sociedade.

URGÊNCIA 2ª E ÚLTIMA SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 085/04, enviado pela Mensagem Governamental nº 047/04, que acrescenta o § 4º ao art. 9º da Lei nº 7.799, de 19 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Estado do Maranhão.

ORDINÁRIA 2ª SESSÃO:

1. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 007/04, de autoria do Senhor Deputado Fortunato Macêdo, concedendo o Título de Cidadão

Maranhense ao Doutor Paulo Márcio Tavares da Silva, natural do Estado do Pará.

SECRETARIA GERAL DA MESA DIRETORA DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 26 de maio de 2004.

VISTO:

Carlos Augusto Ferreira Verde
Ag. Leg. Adm. Ref. 22

RELATÓRIO DO ACIDENTE DO VLS-1 V03

1. EXPOSIÇÃO DO MINISTRO DA DEFESA.
2. ALGUNS ACIDENTES NA ÁREA AEROSPACIAL.
3. RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA COMISSÃO DE INVESTIGAÇÃO.
4. CD COM RELATÓRIO FINAL DO ACIDENTE.

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXPOSIÇÃO DO MINISTRO DA DEFESA,
JOSÉ VIEGAS FILHO,
A MEMBROS DO GOVERNO E PARLAMENTARES**

RELATÓRIO DO ACIDENTE COM O VLS 1- V 03

Sejam as minhas primeiras palavras de agradecimento a Vossas Excelências pelo assentimento ao convite para assistirem ao que considero um compromisso do Governo do Presidente Lula com a transparência de suas ações.

No dia 22 de agosto de 2003 um incêndio destruiu o terceiro protótipo do veículo lançador de satélites brasileiros, o VLS-1 V 03, causando a morte de 21 técnicos que realizavam procedimentos preparatórios de seu lançamento.

Tamanho infortúnio causou consternação nacional. O insucesso do lançamento do VLS veio acompanhado da perda irreparável dos profissionais que dedicaram boa parte de suas vidas ao desenvolvimento científico e tecnológico do País, em área cuja sensibilidade é flagrante.

No dia 23 de agosto de 2003, em visita ao local da tragédia, coordenei com o Comandante da Aeronáutica a abertura de dois processos investigativos: um policial, necessário ante a perda de 21 profissionais do Centro Técnico Aeroespacial, e outro que apurasse as causas técnicas, materiais, humanas e ambientais do acidente. O primeiro, já encerrado, encontra-se sob o exame da Justiça. A apresentação das conclusões a que chegou a comissão encarregada do segundo processo investigativo é o objeto desta reunião.

Contribuíram nas investigações 38 profissionais, entre integrantes do corpo técnico, representantes da comunidade científica, representantes dos familiares das vítimas, colaboradores e especialistas russos.

É um dever de justiça, neste momento, ressaltar a condução equilibrada dos trabalhos, executada pelo Coordenador da Comissão, Brigadeiro Marco Antonio Couto do Nascimento. Seu firme propósito de conduzir com total lisura e isenção todo o processo investigativo foi fundamental e eu aqui expresseo o meu reconhecimento a ele.

Ressalto também a importante participação dos representantes da comunidade científica e dos familiares das vítimas. O Governo Brasileiro agradece a estes cidadãos que, sem qualquer retribuição e movidos pelo espírito de colaborar para o aperfeiçoamento do estratégico programa brasileiro, prestaram contribuição relevante para a profundidade e a lisura dos trabalhos.

A Comissão apresentou as suas conclusões após 21 semanas de trabalho, prazo comparável ao que tomaram as investigações de acidentes espaciais em outros países.

Passo, agora, a apresentar os principais aspectos contidos na Conclusão do Relatório da Comissão, cujo conteúdo integral está sendo disponibilizado nos "sues" da Radiobrás, do Ministério da Defesa e do Comando da Aeronáutica. Cada um dos senhores e senhoras



presentes estará recebendo, também, uma pasta que contém o relatório e outros documentos julgados úteis para o conhecimento integral dos fatos que envolvem o episódio.

A investigação de um acidente aeronáutico é realizada, doutrinariamente, segundo o **trinômio** “o homem - o meio - a máquina”, que se decompõe em quatro vertentes: o **Fator Humano**, o **Fator Operacional**, o **Fator Meteorológico** e o **Fator Material**. Os membros da Comissão foram divididos em quatro subcomissões, cada uma encarregada de estudar detidamente um dos fatores abordados. Os selecionados para presidir as quatro subcomissões tinham em comum o fato de não pertencerem ao Instituto de Aeronáutica e Espaço, órgão do Centro Técnico Aeroespacial onde o projeto é desenvolvido. Os representantes da Comunidade Científica e dos familiares das vítimas não ficaram vinculados a qualquer subcomissão específica. Juntamente com o Coordenador Geral da Comissão, tinham acesso ilimitado a todo o trabalho investigatório.

A análise das informações coletadas durante a investigação conduziu às seguintes conclusões **de caráter geral**:

- o acidente teve início com o funcionamento intempestivo do propulsor A do primeiro estágio, muito provavelmente causado pelo acionamento também intempestivo de um dos detonadores do conjunto de ignição do referido propulsor;

- dentre as causas analisadas do acionamento do detonador do propulsor A, destacam-se duas possíveis: corrente elétrica pela “linha de fogo” e descarga eletrostática no interior do detonador. Não é possível determinar com precisão total qual dessas duas hipóteses foi a causa do acionamento do detonador;

- não foi identificada falha ativa (erro ou violação com resultados imediatos) que tenha, diretamente, dado início ao acidente;

- foram identificadas **falhas latentes** (medidas adotadas ou decisões tomadas, geralmente muito antes do acidente, cujas conseqüências podem permanecer latentes por longo período); e

- a longa convivência do projeto com a escassez de recursos humanos e materiais pode ter conduzido a uma dificuldade crescente em perceber a degradação das condições de trabalho e da segurança.

Especificamente quanto ao **Fator Meteorológico**, a subcomissão concluiu não haver evidências de sua contribuição para o acidente. Entretanto, foram observados os seguintes aspectos:

- o Centro de Lançamento de Alcântara não conta, e nunca contou, com um radar meteorológico operante;

- não foram encontradas normas que abrangessem planos e medidas a serem adotados quando do surgimento de problemas que afetam a atividade operacional;

- não há especialista de nível superior em Meteorologia para chefiar o setor e coordenar as atividades no Centro de Lançamento de Alcântara.

Quanto ao **Fator Material**, foi constatado que o acidente teve início com o funcionamento, durante 40 segundos, do propulsor A do primeiro estágio.

Como vimos, foram encontradas fortes evidências de que este funcionamento intempestivo do propulsor A foi iniciado pelo acionamento, também intempestivo, de um dos detonadores do conjunto de ignição do propulsor.

A análise das causas físicas do acidente ficou prejudicada pelo elevado grau de destruição ocorrido na plataforma móvel de integração. Por isso, a investigação sobre a causa do acionamento do detonador do propulsor A baseia-se tanto em fatos quanto em inferências.

Ficou comprovado que a falta de blindagem dos fios torcidos da “**linha de fogo**”, que leva energia aos detonadores dos propulsores do primeiro estágio, torna-os passíveis de sofrerem indução eletrostática.

As características do acidente permitem concluir que a existência de um sistema mecânico de segurança no sistema de ignição dos propulsores do primeiro estágio, após os detonadores, poderia ter evitado o acidente. Este dispositivo existia na versão original do projeto e foi modificado para a adoção de outro sistema de segurança, de natureza eletrônica. Isso ocorreu após a falha do sistema quando do lançamento do VLS 1 — VOI, ocasião em que se constatou que o não-

acionamento de um dos propulsores do primeiro estágio deveu-se ao funcionamento deficiente de um desses dispositivos mecânicos.

Das hipóteses consideradas para o acionamento do detonador, a da descarga eletrostática no seu interior foi considerada mais provável, devido à inexistência de obstáculos a esse tipo de efeito no circuito, especialmente considerando-se a retirada da blindagem dos fios da “linha de fogo”. Podem ter contribuído para esta hipótese a instalação de uma capa de plástico não condutor na parte superior do veículo, insuflada constantemente por ar seco e frio; e a proximidade dos fios não-blindados da “linha de fogo” com outros fios do sistema elétrico.

É conveniente salientar, entretanto, que a Comissão considerou que a análise das causas possíveis dessa última hipótese não pôde ser exaustivamente testada, sendo necessária a realização de novos estudos, tal como adiante se verá.

Quanto ao Fator Operacional, o relatório apresenta as seguintes observações:

- fragilidade da infra-estrutura de apoio do Centro de Lançamento de Alcântara a campanhas de lançamento;

- fragilidade da segurança operacional;

- necessidade de melhor intercâmbio de informações entre as organizações participantes do projeto, tendo sido apontada a falta de pleno conhecimento, por parte de integrantes do Centro Técnico Aeroespacial, do Centro de Lançamento de Barreira do Inferno e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, de regras ou normas estabelecidas pelo Centro de Lançamento de Alcântara;

- falta de um gerenciamento de risco formal e criterioso, particularmente nas atividades de integração e preparação para o lançamento;

- insuficiência no controle de atividades, possibilitando a execução de tarefas de risco juntamente com outras;

- necessidade de aperfeiçoamentos na gestão da qualidade;

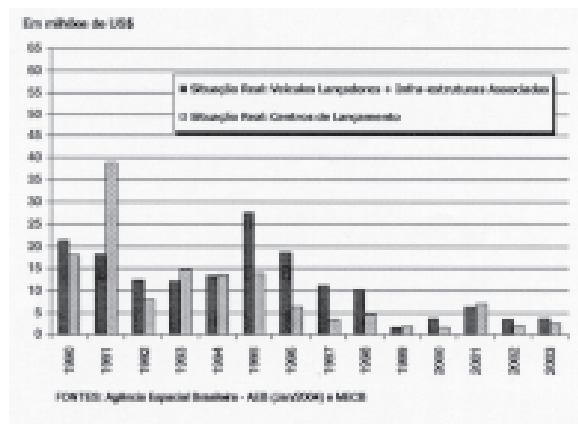
- falta de definição detalhada e criteriosa de algumas tarefas;

- grupo de gerenciamento de documentação reduzido em excesso, dificultando o registro, controle e a recuperação de documentos;
- inexistência de uma comissão de gerenciamento da configuração formalmente constituída;

- não-implementação de algumas recomendações contidas no relatório do VLS-1 V 02.

Quanto ao **Fator Humano**, o Relatório identifica falhas latentes que fragilizaram progressivamente as defesas do sistema, potencializando o risco da operação. São apontadas as seguintes:

- insuficiência de recursos financeiros e descontinuidade na sua liberação, ao longo de vários anos, como se pode constatar no gráfico, que apresenta o desembolso anual de recursos financeiros para a condução da vertente de lançamento e infra-estrutura associada, a cargo do Comando da Aeronáutica:



- restrição à contratação de recursos humanos, associada à defasagem salarial, ocasionando perda de pessoal tecnicamente qualificado;

- * possibilidade de diminuição da consciência situacional, em função da sobrecarga de trabalho;



- vulnerabilidade do sistema de segurança do trabalho, com relevo para a sistemática de controle do acesso e permanência de pessoas na torre móvel de integração;
- processo de comunicação funcional pouco eficaz;
- falta de autonomia dos gerentes frente à necessidade de resolver problemas, cujas soluções encontram-se muito além de suas esferas de ação, a exemplo do que ocorre em diversos órgãos da administração pública.

Como já abordado, não se constatou a ocorrência de falhas ativas (erros flagrantes ou ações deliberadas) por ocasião do acidente. Os aspectos relatados anteriormente podem ser considerados, entretanto, como relevantes, e constituem também importante material para a prevenção de novos acidentes.

O Relatório apresenta, ainda, um capítulo destinado a recomendações. De uma maneira geral, as propostas enquadram-se em três categorias, a saber: as recomendações que deverão ser necessariamente implementadas antes de qualquer outro lançamento do VLS, e as recomendações de médio e longo prazos.

Essas recomendações compreendem as medidas de correção de cada uma das deficiências apresentadas, envolvendo os quatro fatores de análise da investigação. Vão desde o desenvolvimento de normas operacionais à alocação de pessoal no projeto, a revisões e reavaliações técnicas e ao aperfeiçoamento de modelos de gestão.

Todas as recomendações contidas no Relatório foram acolhidas pelo Ministério da Defesa. Estas, juntamente com outras decisões tomadas no âmbito do Ministério e do Governo, formam um pacote de medidas que será imediatamente implementado. Podemos destacar:

- a instrução ao Comando da Aeronáutica para que tome as medidas administrativas necessárias à correção das situações aqui descritas;

- a acolhimento à proposta do Comando da Aeronáutica de prosseguir no aprofundamento da análise das causas relativas à hipótese de descarga no interior do detonador, recomendando convidar especialistas para compor a nova comissão;

- a determinação ao Comando da Aeronáutica que apresente, em 60 dias, um planejamento para adoção das recomendações contidas no Relatório, atinentes aos Fatores Meteorológico, Material, Operacional e Humano, englobando:

- 1) o desenvolvimento de programas, normas operacionais e diretrizes claramente definidos e amplamente divulgados, relativos a sistemas, infra-estrutura, procedimentos e estruturas funcionais;

- 2) a revisão e a reavaliação de materiais, redes e dispositivos do VLS e das estruturas de apoio;

- 3) o incentivo ao aperfeiçoamento dos recursos humanos, por intermédio de programas de qualidade, treinamento gerencial e intercâmbios;

- 4) a análise organizacional e dos recursos humanos dos setores envolvidos no desenvolvimento do programa e no apoio a ele, propondo nova concepção que viabilize seu funcionamento sistêmico.

- a constituição, com membros do Governo e da Comunidade Científica brasileira, de uma comissão de acompanhamento da implementação de todas as recomendações do Relatório e consubstanciadas no planejamento a ser realizado pelo Comando da Aeronáutica, na qual convido para participar, nesta oportunidade, aproveitando a presença de seus representantes, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Academia Brasileira de Ciências e a Sociedade Brasileira de Física, como também os representantes dos familiares das vítimas;

- a realização de estudos e projetos, formulados pelo Ministério da Defesa e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia para analisar a atual estrutura do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais e propor ao senhor Presidente da República medidas para a revitalização do Programa Espacial Brasileiro, levando em consideração as vertentes orçamentária e financeira, organizacional e de cooperação internacional. A maior integração do sistema e a otimização dos recursos aplicados serão objetivos prioritários;

- a remessa do Relatório a Excelentíssima Senhora Juíza Auditora da 8ª Circunscrição Judiciária Militar, para as providências

julgadas necessárias, em razão da existência de Inquérito Policial Militar em análise naquela Auditoria;

- a igual remessa do Relatório ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República.

Senhores e Senhoras,

Concluo, assim, este que considero um dever do Ministro da Defesa: apresentar, com total transparência, os resultados da investigação técnica, honesta e profunda, do lamentável acidente ocorrido na Base de Alcântara, no dia 22 de agosto de 2003.

Não foi por falta de coragem, nem de coração, nem de determinação; não foi por falta de dedicação que o infortúnio ocorreu. Ao contrário, tratou-se de manter vivo o programa e de alcançar a meta, compensando

- com coragem, coração, determinação e dedicação — as carências que se foram avolumando e que terminaram por comprometer a disponibilidade do material e a confiabilidade dos procedimentos com que se trabalhava.

Não foi, também, por falta de competência profissional que a laboriosa equipe do Programa Espacial Brasileiro deixou de alcançar seu objetivo. Sobre a qualidade do trabalho que vem sendo desenvolvido pelos técnicos brasileiros, é conveniente ressaltar o seguinte trecho do relatório dos especialistas russos:

“Os esquemas, concepções de projeto e as soluções tecnológicas desenvolvidas pelos especialistas do CENTRO TÉCNICO AEROESPACIAL no veículo lançador de satélites VLS-1 garantem boas condições para a preparação do foguete na base de lançamento e o próprio lançamento...”

Honestamente, não creio que seria justo dedicar-nos aqui à busca de culpas individuais. Creio que a responsabilidade pelo ocorrido deve ser assumida por todos nós — governos que nos sucedemos e que não logramos resolver o difícil problema de manter os investimentos nos nossos programas estratégicos e do quanto se pode postergá-los sem dano para a nação.

Não posso deixar de alertar para o fato de que os programas estratégicos do nosso país têm sido mantidos em virtual estado de hibernação por um período perigosamente longo. Se a responsabilidade pelo desastre tem necessariamente de ser dividida, a responsabilidade de corrigir o caminho é exclusivamente nossa.

Por esta razão, devemos agora prosseguir no caminho da revitalização do Programa Espacial Brasileiro. Este é um compromisso do Governo Lula. Para tanto, além das providências já assinaladas anteriormente, prosseguiremos na busca de parcerias internacionais que nos ajudem a reforçar o programa, paralelamente à adoção de medidas internas que tornem o Sistema Nacional de Atividades Espaciais consistente e eficiente.

Estamos à disposição dos senhores.

Muito obrigado.

MINISTÉRIO DA DEFESA

ALGUNS ACIDENTES NA ÁREA
AEROESPACIAL COM VÍTIMAS

Outubro de 1960 - Noventa e uma pessoas morreram quando um foguete R-16 explodiu no Centro Espacial Baikonur, no Cazaquistão (União Soviética).

Janeiro de 1967 - Três astronautas dos EUA - Virgil Grissom, Roger Chaffee e Edward White - morrem em um incêndio a bordo do Apolo 1, durante simulação de lançamento no Cabo Canaveral.

Abril de 1967 - O cosmonauta soviético Viadimir Mikhailovich Komarov torna-se o primeiro homem a morrer no espaço. O pára-quedas de sua nave falhou no retorno a Terra.

Junho de 1971 - Três cosmonautas soviéticos morrem durante a reentrada na atmosfera, após 24 dias em órbita em um laboratório espacial.



18 de março de 1980 - Cinco técnicos morrem no Cosmódromo Plesetsk, da Rússia, quando um foguete Vostok explodiu durante reabastecimento. O incidente apenas foi anunciado em 1989.

28 de janeiro de 1986 - Sete astronautas dos Estados Unidos, incluindo uma professora, morrem a bordo do ônibus espacial Challenger, 72 segundos após o lançamento do Cabo Canaveral.

7 de setembro de 1990 - Parte de um foguete Titan, dos EUA, cai de um guindaste e explode na Base Edwards da Força Aérea, matando uma pessoa.

14 de fevereiro de 1996 - Falha no sistema de guiagem resultou na queda do veículo CZ-3B, da China, 22 segundos após a decolagem, vitimando 59 pessoas.

1º de fevereiro de 2003 - O ônibus espacial Columbia, dos EUA, explode ao reentrar na atmosfera terrestre, matando seis astronautas americanos e um israelense.

24 de fevereiro de 2004 - Incêndio de um motor foguete de combustível sólido durante o seu manuseio, no Centro de Pesquisa Espacial de Dhawan, Índia, matou seis pessoas e feriu gravemente outras três.

CÂMARA MUNICIPAL DE PINHEIRO

Em, 16 de Abril de 2004.

OFÍCIO N° 125/2004.

Exrmo. Senhor Presidente,

Face ao Requerimento a° 03 1/2004 de autoria do Vereador Valdomiro Magno Soares, aprovado unanimemente por esta Casa Legislativa, em Sessão Ordinária do dia 13 de abril do ano corrente, dirigimo-nos gentilmente a presença de Vossa Excelência, no sentido de que tome conhecimento do proprietários de veículos de Pinheiro e Regiãp, em relação ao aumento abusivo da cobrança do IPVA ano 2004 Imposto este, que na forma da lei a cada ano com a desvalorização dos veículos deveria diminuir. Este ano ocorreu o contrario aumentando significativamente

Assim sendo, solicito de Vossa Excelência, o empenho junto as autoridades competentes no que diz respeito a esse aumento abusivo, no sentido de reverter essa situação.

Certos de contarmos com o apoio de Vossa Excelência antecipamos nossos agradecimentos e oportunamente enviamos nossos votos de estima, e apreço.

Atenciosamente,

JOÃO PAULO CASTRO NOGUEIRA
PRESIDENTE

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
CARLOS ALBERTO MILHOMEM DE SOUSA
M.D. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO MARANHÃO
SÃO LUIS -MA.

BANCO DO NORDESTE

Ao

Exmo.Sr. Carlos Alberto Milhomem de Souza

O Excelentíssimo Senhor José Fritsch, Ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e o doutor Roberto Smith.. Presidente do Banco do Nordeste, convidam Vossa Senhoria para participar do Seminário “Programas de Desenvolvimento para Aquicultura e Pesca”, que será transmitido em sistema de vídeo conferência, a partir de Fortaleza-CE para todas as capitais do Nordeste.

Local: Auditório da Superintendência Regional do Banco do Nordeste em São Luís.

Rua de Santana, 465 — Centro.

Dia: 27 de maio de 2004

Horário: de 09 às 13 horas

PROGRAMAÇÃO

• Café da manhã

• Abertura com Ministro SEAP e Presidente do BNB.

Estamos verificando a possibilidades de projetos para assinar na ocasião

• Apresentação da SEAP e do BNB sobre o processo de credito e Programas para Aquicultura e Pesca

• Participação dos Estados por teleconferência através de perguntas a SEAP e BNB sobre os programas e processo de credito.

• Encerramento

Contamos com a sua participação.

Favor confirmar presença
Fones: (98) 218-9689/9660/9667

BANCO DO NORDESTE

ABCM - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS COMISSÁRIOS DE MENORES

Entidade Jurídica e social com jurisdição em todo território nacional.

Publicada no DOU de 26107/88 - Registrado no CPJ de Brasília DF sob N° 1518 com CGC N° 24.060089/0001-40

Belo Horizonte, 20 de Maio de 2004

Exmo. Sr.

Deputado- Presidente da Assembléia Legislativa do Estado MARANHÃO

Senhor Deputado,

Servimo-nos do presente para enviara V. Exa. proposta de projeto de lei, _____ onde estamos reivindicando alguns benefícios para a classe dos comissários, de menores credenciados neste Estado

A nossa proposta é no sentido de que nos seja concedido melhores condições para que possamos exercer nossa função voluntariamente em prol dos menores, do nosso Estado, como poderá ser constatado na nossa proposta em anexo ; Os comissários as vezes tem que pagar passagens com recurso do seu bolso, para exercer sua árdua função em defesa dos menores do nosso estado.

Esperamos, diante do exposto poder contar com a atenção de V.Exa. no sentido de empenhar para que nossa proposta seja exposta aos senhores Deputados , desta Augusta Casa.

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveitamos para agradecer o empenho, de V.Exa., e nos colocamos a disposição para outros esclarecimentos julgados necessários, e aguardamos notícias do ilustre Deputado, sobre o assunto.

Obs.: Segue em anexo para apreciação de V.Exa. comprovante do registro da entidade no órgão competente.

Atenciosamente,

Raimundo Adriano Silva
Presidente Nacional

Projeto de Lei n°

Concede pensão a Viúva de Comissário de Menores, ou Agente Voluntário de Proteção a Criança e ao Adolescente , lotado nas Varas da Infância e do Adolescente do Estado, morto em serviço, e comissário



tornado inválido no exercício de suas funções de comissário ou Agente Voluntário da Vara da infância e da Juventude das Comarcas do Estado. Transporte gratuito ao comissário ou Agente Voluntário, que estiver cumprindo ordem de serviço do Mmº Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude, onde o voluntário estiver credenciado,

A Assembléia Legislativa do Estado decreta:

Artigo 1º - Fica Concedida pensão a viúva de comissário ou Agente voluntário morto em serviço, e a comissário ou Agente Voluntário tornado inválido, no exercício das funções de voluntário.

Artigo 2º - A pensão a que se refere esta lei intransferível e inacumulável com qualquer outro benefício previdenciário estadual, e terá o valor correspondente a um salário mínimo vigente no País;

Artigo 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão a conta do estado.

Artigo 4º - Ao comissário ou Agente Voluntário em cumprimento de mandados do, Mmº Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude nas comarcas da Capital e do interior do estado, terá direito ao transporte gratuito em coletivos urbanos, em cumprimento das ordens do Juiz da Vara da, Infância e da Juventude, onde o Voluntário estiver lotado.

Artigo 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

A questão do menor abandonado é sem dúvida, um dos maiores problemas que nos afligem, correspondendo mesmo a um dos mais complexos e ameaçadores, desafios do Brasil Aliás, se não tomarmos medidas URGENTES” e adequadas em favor dos menores marginalizados e, especialmente, dos menores “delinquentes”, eles poderão transformar-se em gangsteres mirins e estarão totalmente fora de qualquer controle.

Ora, se não houver trabalho conjunto, sério e persistente das Autoridades públicas e de todos os segmentos da sociedade em prol dos menores, não se poderá prever a magnitude do problema no futuro.

Logo verifica-se que os Comissários e Agentes da Vara da Infância através, de trabalho árduo e difícil perigoso, as vezes colocando em risco sua própria vida neste, serviço voluntário anônimo e educativo, querem ajudar aos Menores protegendo os orientando os, defendendo-os, e só podemos elogiar essa importante função que poucos conhecem.

Considerando o constante nos artigos 150 e 194 do C.C.A. (Dos serviços Auxiliares — artigo150, Cabe ao poder judiciário na elaboração de sua proposta orçamentária, prever recursos para manutenção de equipe e inter profissional, destinada a assessorar a justiça da Infância e do Adolescente) e artigo194(o procedimento para imposição de penalidade administrativa por - infração às normas de proteção à criança e do Adolescente terá início por Representações do Ministério Público, ou de Conselho Tutelar, ou Auto de Infração elaborado por servidor efetivo ou voluntário credenciado.

Portanto é muito justo que se conceda pelo menos condições, para que os mesmos possam prestar voluntariamente o serviço.

Concedendo aos comissários e Agentes voluntários de menores em cumprimento de despachos do Mmº Juiz da Vara da Infância e da Juventude “TRANSPORTE GRATUITO” nos coletivos urbanos, na jurisdição onde o voluntário estiver exercendo a função. e conceda à viúva do comissário morto rio exercício da função e ao comissário tornado inválido no exercício da função um salário mínimo vigente no país pago mensalmente vitalício.

É justo estipular o valor de um pecúlio que será pago de uma só vez, à viúva do comissário morto no exercício de suas funções a ao comissário tomado inválido no exercício da função de voluntário. E justo também fazer parte, deste projeto lei a contagem de tempo para fins de aposentadoria, através de certidão expedida pelo Juiz da Vara da Infância e da Juventude, onde o comissário estiver exercendo a função.

CERTIDÃO

MARCELO CAETANO RIBAS, Oficial Titular do Cartório do 1º ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, na forma da lei, etc...

CERTIFICA, que no Livro “A” número DOIS da Registro Civil das Pessoas Jurídicas, consta sob o número de ordem mil quinhentos e dezoito (1.518), lavrado aos vinte e dois dias do mês de agosto de mil novecentos e oitenta e oito (22.08.88), o registro do estatuto da “ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS COMISSÁRIOS DE MENORES ABCM”, publicado por extrato no Diário Oficial da União do dia 27 de julho de 1988 e microfilmado sob o número 5.392, nesta data. Registro feito a requerimento do Presidente da entidade Sr. Raimundo Adriano da Silva.

O REFERÍDO É VERDADE E DA FÉ. Brasília. Capital Federal, aos vinte e dois dias do mês de agosto, de mil novecentos e oitenta e oito.

Eu, Oficial Titular, a fiz datilografar, subscrevo e assino.

DEPUTADO FEDERAL DARCÍSIO PERONDI

A SAÚDE NA UTI

Caro Deputado

Nós. Deputados Federais integrantes da Frente Parlamentar da Saúde, estamos novamente nos mobilizando em defesa do SUS - Sistema Único de Saúde. No ano passado consegui “recuperar” para o orçamento da Saúde 3.5 bilhões, que seriam destinados pelo Governo Federal para outros programas sociais, numa tentativa malograda pela ação firme e efetiva da Frente Parlamentar da Saúde.

A luta agora novamente se impõe. pois como é de domínio público, a qualidade do atendimento prestado aos usuários do SUS atingiu níveis insuportáveis. ensejando uma situação que fere a dignidade e os princípios básicos da cidadania. **Uma situação absolutamente inaceitável !!!**

O aspecto fundamental que gerou esse quadro absolutamente insatisfatório, reside modelo de financiamento totalmente superado, insuficiente na alocação de recursos, mas que o governo insiste em manter e agravar. **O volume de dinheiro aplicado em saúde no Brasil ainda insuficiente, bem abaixo do que se gasta no Uruguai, Paraguai e Colômbia, por exemplo. que pese os esforços históricos que temos empreendido por mais recursos para a Pública.**

E quais são as consequências ? Emergências lotadas. serviços fechados, falta medicamentos, insuficiência de leitos de terapia intensiva, falta de manutenção básica, sucateamento e desemprego. trazendo um imenso e injustificável prejuízo social. E A PROPOSTA DO GOVERNO DE REV!SAO DA TABELA DO SUS PREVE UM REAJUSTE MEDIO 2.5%. ISSO NÃO EVITARÁ O COLAPSO DO ATENDIMENTO.

PRECISAMOS ATUAR JUNTO AO GOVERNO FEDERAL PARA MUDAR E SITUAÇAU!!! A SAÚDE PÚBLICA PEDE SOCORRO!!!!

E por isso que me dirijo ao colega deputado e convidá-lo a juntar-se a essa mobilização. cujo grande objetivo é assegurar recursos suficientes para que a rede hospitalar do SUS tenha condições de prestar serviços de melhor qualidade compatíveis com as necessidades dos cidadãos com os direitos. Adote este tema nos seus pronunciamentos. nas suas manifestações públicas e nos contato com a imprensa. Conserve-se com as entidades do setor. ouça os usuários do SUS. Ajude-nos a fazer dessa causa uma prioridade. Sua ajuda será de extremo valor.

No próximo dia 26/05 estaremos realizando ato público na Esplanada dos Ministérios em defesa SUS. Compareça. Venha dar seu apoio.



VAMOS SALVAR O SUS !!!!!

Darcísio Perondi
Dep. Federal PMDB/RS
Integrante da Frente Parlamentar da Saúde

ESTADO DO MARANHÃO
GERÊNCIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
HUMANO
GABINETE DO GERENTE

Ofício no 0108/2004- CG/GDH

São Luís, 12 de abril de 2004.

Senhor Presidente,

De ordem, acuso o recebimento do convite para participar de Audiência Pública, realizada no dia 13/04/2004, às 14:30, ao Auditório dessa Assembléia, porém, informo que, virtude de compromissos agendados anteriormente, o Gerente de Desenvolvimento Humano, Alternar Lima de Sousa, não poderá se fazer presente ao referido evento,

Outrossim, comunico que esta Gerência será representada pela Profª Maria Lúcia C Martins, Presidente do Conselho Estadual de Educação.

Cordialmente,

Conceição Santos
CHEFE DE GABINETE/GDE

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTP
Gabinete do Ministro

FAX N. 125/GM

Brasília, 08 de abril de 2004.

Deputado CARLOS ALBERTO MILHOMEM
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão
Fax n. 098.232-2974
São Luís/MA

Senhor Deputado,

Comunicando o recebimento tde seu Ofício n° 155/2004, dirigido ao Ministro Roberto Rodrigues, informo a Vossa Excelência que o pleito em favor da Prefeitura Municipal de Barra do Corda/MA, a respeito de liberação de recursos destinados à aquisição de patrulhas mecanizadas, foi submetido a exame da Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo, deste Ministério.

Atenciosamente,

CÉLIO B. PORTO
Chefe do Gabinete do Ministro

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete da Presidência

CARTA DE PORTO ALEGRE

Os Presidentes e representantes das Assembléias Legislativas Estaduais abaixo firmados, reunidos nesta data em Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, com a finalidade de fortalecer o pacto federativo, valorizar a instituição parlamentar e instalar seu Fórum Permanente, dirigem-se, mediante esta Carta, à sociedade brasileira, para tornar públicas posições de que partilham, frutos de aprofundado debate.

Coincidem os representantes máximos das instâncias parlamentares estaduais na decisão de instalar o Fórum Permanente dos Presidentes de Assembléias Legislativas, com o objetivo de robustecer o papel insubstituível do Poder que integram, sem o qual não há governo representativo, nem liberdade, nem direitos individuais e coletivos assegurados.

Manifestam sua preocupação em face da usurpação de atribuições e competências das Assembléias Legislativas Estaduais.

Expressam sua inquietação com a gravíssima situação financeira das unidades federadas, que requer imediata repactuação de suas dívidas, processo ao qual não estarão alheias as Assembléias Estaduais.

Observam, com preocupação, o atual estágio de estagnação da economia brasileira e a necessidade urgente da retomada do desenvolvimento econômico, propiciando a conseqüente geração de empregos e renda.

Reivindicam para as Assembléias Legislativas o foro legítimo e apropriado para as decisões acerca dos processos emancipacionistas e critérios para a fixação do número de vereadores.

Externam, outrossim, seu compromisso com a defesa do princípio federativo que empunham para levantar a necessidade da inadiável discussão nacional sobre a repartição da competência de legislar estabelecida constitucionalmente, uma vez que as Assembléias Legislativas não podem continuar com poderes limitados ante os que se conferem aos parlamentos federais e municipais. Encaminharão, nesse sentido, projeto de emenda à Constituição Federal, nos termos do artigo 60, inciso III, da Lei Maior.

Deixam, por fim, clara a sua determinação de colaborar estreitamente com as ações da União Nacional de Legislativos Estaduais (UNALE) como parceira da luta pelo fortalecimento da democracia em nosso país.

Porto Alegre, 2 de abril de 2004

Deputado Vieira da Cunha Deputado Sidney Beraldo
AL Rio Grande do Sul AL São Paulo

Deputado Rômulo Gouveia Deputado Célio Silveira
AL Paraíba AL de Goiás

Deputado Tata Milhomem Deputado Robinson Faria
AL do Maranhão AL Rio Grande do Norte

Deputado Antônio Passos Deputado Sérgio Petecão
AL Sergipe AL Acre

Deputada Francisca Favacho Deputada Fábio Silva
AL de Amapá AL Rio de Janeiro

Deputado Hermas Brandão Fonseca
AL Paraná

Deputado Vantan Praxedes Deputado Onofre Agostini
AL Roraima AL Santa Catarina

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Ofício-Circular n° 003/04/GS/SECEX/MA

São Luís(MA), 13 de maio de 2004.

Senhor Presidente,



Encaminho a V. Ex.a, para conhecimento, os demonstrativos dos valores brutos do FPE e FPM distribuídos nos meses de MARÇO e ABRIL/2004.

Respeitosamente,

JOSÉ MARIA ARAÚJO LIMA
Secretário

Excelentíssimo Senhor
DEP. CARLOS ALBERTO MILHOMEM
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão
Rua Agito, 144- CENTRO
65010-908- Nesta

UNIDADES	1ª QUOTA	2ª QUOTA	3ª QUOTA	TOTAL
Governo do Estado do Maranhão	86.304.052,71	16.455.624,19	44.515.286,97	147.274.963,87
Prefeitura de São Luís	6.109.650,75	3.151.333,85	1.164.929,27	10.425.913,57
MUNICÍPIOS DO INTERIOR				
2 Coeficiente 4,8 Caxias e Imperatriz	1.292.728,33	666.784,13	246.484,97	2.205.997,43
2 Coeficiente 3,6 Codó e Timon	554.004,06	288.753,09	105.632,15	948.389,30
3 Coeficiente 3,4 Barcelos, Santa Luzia e São José de Ribamar	523.226,06	269.877,92	99.763,70	892.867,68
1 Coeficiente 3,2 Barra do Corda	492.448,05	254.002,74	93.895,25	840.346,04
1 Coeficiente 3,0 Açailândia	461.670,05	238.127,58	88.026,79	787.824,42
2 Coeficiente 2,8 Paço do Lençóis e Pindaré	430.892,04	222.352,40	82.158,34	735.302,78
4 Coeficiente 2,6 Coroatá, Pedrinhas, Santa Inês, Vitória da Meirim	400.114,04	206.377,23	76.289,89	682.781,16
6 Coeficiente 2,4 Balsas, Chapadinha, Esperantinópolis, Grajaú, João Lisboa e Zé Doca	369.336,04	190.502,06	70.421,43	630.259,53
7 Coeficiente 2,2 Araioses, Buritiópolis, Hapexera Mirim, Lago do Peixe, Parnaíba, Presidente Dutra e Viana	338.558,03	174.626,89	64.552,98	577.737,90
8 Coeficiente 2,0 Colinas, Cururupá, Poção de Pedras, Santa Helena, Santa Luzia do Paraití, Tuntum, Turiaçu, Turilândia	307.780,03	158.751,72	58.684,53	525.216,28
7 Coeficiente 1,8 Bom Jardim, Bom Jardim, Carutapera, Coelho Neto, Rosário, São Domingos do Maranhão e Vargem Grande	277.002,03	142.876,55	52.816,08	472.694,66
15 Coeficiente 1,6 Alto Alegre do Pindaré, Ananás do Maranhão, Arima, Cândida Mendes, Carolina, Paulo Ramos, Pindaré, Pindaré-Mirim, Porto Franco, Riachão, São Bento, São João das Fatias, São Luís Gonzaga do Maranhão, São Mateus do Maranhão e Vitorino Freire	246.224,02	127.001,37	46.947,62	420.173,01
27 Coeficiente 1,4 Adeus Altos, Alcaná do Maranhão, Anajatinópolis, Anil, Bequimim, Brejo, Buriti, Buriti Bravo, Dom Pedro, Estreito, Godofredo Viana, Governador Engenheiro Barros, Governador Nunes Freire, Itaóca, Itinga do Maranhão, Matões, Monte Alegre, Olho D'Água das Cunhãs, Passagem Franca, Pio XII, Santa Quitéria do Maranhão, Santa Antônia dos Lopes, São Bernardo, São João Batista, São Vicente Ferrer, Timon e Urbano Santos	215.446,02	111.126,21	41.079,17	367.651,40

Obs.: Os valores ora informados a título de cota-parte do FPM e FPE, formam os totais repassados a título de parcelas do IR e IPI, sobre os quais incidem descontos legais/judiciais, tais como: dedução FUNDEF(15% - art. 1º, II da Lei 9.424/96); retenção FASEP; redutor financeiro LC91/97, art. 2º, § 1º, II (para os municípios em negrito).

Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão - SECEX-MA - Av. Sen. Vitorino Freire, 48 - Aninha - CEP. 65010-650 - Fones: 232 9970(Telefax) - 232 9500 - <http://www.tcu.gov.br>

MUNICÍPIOS DO INTERIOR	1ª QUOTA	2ª QUOTA	3ª QUOTA	TOTAL
30 Coeficiente 1,2 Adeus Altos, Alto Alegre do Maranhão, Bacuri, Bom Jesus das Selvas, Cajari, Caranhato, Central, Fortuna, Gaspalves Dias, Harbeto de Campos, Igarapé Grande, Jacintópolis, Lago do Junco, Lima Campos, Matão, Mirandópolis, Monte Alegre, Mirim, Palmatópolis, Parobim, Povoado de São Pedro, Povoado de São Francisco, Primavera Cruz, Raposa, Santa Rita, Senador La Rocque e Turilândia	184.668,02	95.251,03	35.210,72	315.129,77
23 Coeficiente 1,8 Barão de Grajaú, Brejo de Areia, Buritiópolis, Cajali, Centro Novo do Maranhão, Fátima de São Vicente, Governador Archer, Guimarães, Igarapé das Águas, Lago Verde, Mucupuma, Mirandópolis, Nova Olinda do Maranhão, Presidente Sarney, São Domingos do Rio Preto, São Francisco do Maranhão, São João do Caru, São João do Senar, São Raimundo das Mangabeiras, São Novo e Trindade do Vale	153.896,02	79.375,86	29.342,24	262.608,14
31 Coeficiente 0,8 Alto Parnaíba, Anapurus, Apicum-Açu, Arari, Baculândia, Buritiópolis, Coelho Neto, Dom Lucas, Governador do Maranhão, Capitão do Norte, Cidália, Cruzetão de Lagoa-Açu, Daltro Silva, Duque de Caxias, Fátima dos Nogueiras, Governador Eriberto Lopes, Governador Newton Bello, Igarapé do Meio, Itaipava do Grajaú, Loreto, Luís Domingos, Magalhães de Almeida, Mata Fome, Niza Rodrigues, Paulino Neves, Peri Mirim, Presidente Jacóbio, Presidente Vargas, São João do Paraíso, São Pedro da Água Branca, Senador do Maranhão e Sarajira do Norte	123.132,02	63.508,69	23.473,83	210.088,52
40 Coeficiente 0,6 Adeus Ombu, Águas Douras do Maranhão, Anapó do Maranhão, Anapurus, Baculândia, Bela Vista do Maranhão, Belágua, Bernardo do Monte, Boa Vista do Grajaú, Cachoeira Grande, Central do Maranhão, Centro de Ombuemas, Feira Nova do Maranhão, Fernando Falcão, Governador Inácio Roldão, Graça Anchieta, Itaitó, Paço do Maranhão, Lago das Pedras, Lago do Meio, Lago Grande do Maranhão, Lagoado Novo, Marajó do Meio, Maranhãozinho, Matões do Norte, Mirim do Maranhão, Nova Colinas, Nova Esperança, Olinda Nova do Maranhão, Porto Rico do Maranhão, Presidente Médici, Raimundo Pereira, Santa Rita, Santa Filomena do Maranhão, Santana do Maranhão, Santo Amaro do Maranhão, São Domingos de Azeitão, São Filipe de Balsas, São Francisco de Inglês, São José dos Basílios, São Pedro dos Crustas, São Raimundo do Doce Salgado, São Roberto, Santa Rita, Senador Alexandre Costa, Socopim do Funchal, Tasso Fragoso, Turilândia e Vila Nova dos Martírios	92.334,81	47.625,52	17.605,34	157.565,69

TOTAL DE RECURSOS DISTRIBUÍDOS NO MÊS DE ABRIL/2004		DATA DOS CRÉDITOS: 08, 20 e 30/04/2004	
GOVERNO DO ESTADO		FPE	RS 147.274.963,87
PREFEITURA DE SÃO LUÍS		FPM	RS 10.425.913,57
PREFEITURAS DO INTERIOR		FPM	RS 75.893.931,00
TOTAL GERAL		FPE + FPM	RS 233.594.808,44

José Maria Araújo Lima
JOSÉ MARIA ARAÚJO LIMA
Secretário

VISTO em 13/05/2004 -> Valores transferidos pelo FPM p/ crédito do IR - <http://www.tcu.gov.br>
-> Valores Federais repassados aos municípios a título de FPM, etc. - <http://www.tcu.gov.br>
-> Valores transferidos aos municípios a título de cota-parte, a título de repasse - <http://www.tcu.gov.br>



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
PODER LEGISLATIVO

EDITADO PELA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Registro no cartório de títulos e documentos sob os números 1.780 e 24.950.
Rua do Egito, n.º 144, Centro - Fone: 214-5885 - FAX: (098) 222-6253
CEP.: 65010-908 - São Luís - MA
Site: www.al.ma.gov.br - E-mail: secom@al.ma.gov.br

CARLOS ALBERTO MILHOMEM
Presidente

JACIR DA SILVA MORAES
Secretário de Comunicação

HORÁRIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO

MÉDICOS

Nome	Especialidade	Dia da Semana	Horário
Jorge Cateb (Coordenador)	Ginecologia/Clinica	Diariamente	08:30 às 13:00 horas
Célia Furtado Ribeiro	Clinica Médica	Segunda-Feira	15:00 às 18:00 horas
Gilma Abreu Costa Pereira	Pediatria	Segunda-Feira	15:00 às 17:00 horas
Maria do Carmo Chagas	Ginecologia/Clinica	Segunda-Feira	13:00 às 15:00 horas
Rivo Sérgio de Brito (Chefe)	Clinica Médica	Terça-Feira	08:30 às 12:00 horas
Ibraim Almeida	Pneumologia	Quarta-Feira	10:00 às 13:00 horas
Maria do Carmo Chagas	Ginecologia/Clinica	Quarta-Feira	08:00 às 10:00 horas
Gilma Abreu Costa Pereira	Pediatria	Quinta-Feira	09:00 às 12:00 horas
Rubens Rotondo Júnior	Ortopedista/Acupuntura	Quinta-Feira	15:00 às 18:00 horas
Izaías Amaral	Clinica Médica	Quinta-Feira	08:30 às 12:00 horas
Rubens Rotondo Júnior	Ortopedista/Acupuntura	Sexta-Feira	15:00 às 18:00 horas
Maria da Graça Anchieta	Ginecologia	Sexta-Feira	09:00 às 12:00 horas

DENTISTAS

Nome	Especialidade	Dia da Semana	Horário
Maurício Manso Correia	Dentista	Segunda-Feira	14:00 às 18:00 horas
Maria Irani de Jesus Santos	Dentista	Terça-Feira	08:00 às 13:00 horas
Jeane Carneiro Leda	Dentista	Terça-Feira	14:00 às 17:00 horas
Maria Edla C. P. Araújo	Dentista	Quarta-Feira	08:00 às 10:00 horas
Enedina Linhares Sales	Dentista	Quarta-Feira	10:00 às 13:00 horas
Jeane Carneiro Leda	Dentista	Quarta-Feira	14:00 às 17:00 horas
Roseane Pessoa Lima	Dentista	Quinta-Feira	08:00 às 13:00 horas
Marília Barros Muniz	Dentista	Quinta-Feira	14:00 às 17:00 horas
Nemézio de Sá Sousa (Chefe)	Dentista	Sexta-Feira	08:00 às 13:00 horas

O diabetes é uma doença que se caracteriza pela redução da capacidade do pâncreas de produzir um hormônio chamado insulina, acarretando assim um aumento de glicose no sangue.

Isto porque é a insulina que tem a importante missão de ajudar a glicose a entrar nas células para se transformar em energia. Quando a insulina produzida em nosso organismo é insuficiente, a glicose não consegue entrar nas células e permanece na corrente sanguínea, elevando as taxas de açúcar na circulação e não se transformando na energia que precisamos para viver. Existem diferentes causas e níveis de gravidade da doença, e por isso a medicina costuma falar em tipos diferentes de diabetes.

Diabetes Tipo 1

Ocorre em crianças ou jovens e se desenvolve muito rapidamente, apresentando sintomas como perda de peso, fadiga, poliúria (muita urina), e sede excessiva. Os portadores de diabetes tipo 1 produzem pouca ou às vezes nenhuma insulina, e necessitam tomar injeções diárias para repor o hormônio.

Diabetes Tipo 2

É mais freqüente nos adultos. Os portadores de diabetes tipo 2 freqüentemente desenvolvem a doença por questões de hereditariedade e obesidade e podem apresentar vários níveis de gravidade e sintomas, às vezes menos pronunciados do que naqueles que sofrem da do tipo 1.

O diabetes tipo 2 pode ser controlado através de dieta e exercícios, sendo que algumas pessoas precisam de medicação oral ou mesmo, algumas vezes, de insulina.

Diabetes Gestacional

Aparece ocasionalmente durante a gravidez e pode desaparecer ou não após o parto. A mulher com diabetes gestacional deve ter um rigoroso acompanhamento médico, especialmente durante as primeiras 7 ou 8 semanas depois da concepção, para que possa ter uma gestação normal e dar à luz crianças saudáveis. As mulheres que tiveram diabetes durante a gravidez podem se tornar diabéticas do tipo 2 mais tarde.

Como identificar e evitar o diabetes

Existem alguns fatores que favorecem o aparecimento do diabetes: Obesidade, infecções, gravidez, cirurgias, emoções fortes, estresse, uso de cortisona e diuréticos.

Existem alguns sintomas (uns mais freqüentes, outros menos) naqueles que sofrem de diabetes: sede, fome, excesso de urina, emagrecimento, sonolência, fraqueza, coceira de natureza inexplicável, tontura, visão turva e, nas mulheres, corrimentos crônicos de aparência esbranquiçada.

Esses sintomas não indicam necessariamente que você esteja sofrendo de diabetes. No caso de suspeita da doença procure o seu médico o mais rápido possível para um diagnóstico mais preciso.

O diabetes é controlável

O diabetes não tem cura mas você pode levar uma vida ativa e saudável desde que se cuide e observe as orientações de seu médico no que diz respeito à sua alimentação e aos medicamentos a serem utilizados.